**PROCESSO n º:** 2000 – 8620/2014

**INTERESSADO:** SESAU – SAMU – GERÊNCIA DO NÚCLEO DA CLÍNICA INFANTIL DAISY LINS BRÊDA

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. AQUISIÇÃO DE MESA DE REUNIÃO

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-8620/2014, em 01 volume, com 45 folhas, que versa sobre o pagamento de mesa de reunião pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa **HOMEOFFICE MOVEIS LDTA ME** (CNPJ 66.455.593/0001-99) para atendimento das necessidades apresentadas pela Clínica Infantil Daisy Lins Brêda. A solicitação de pagamento está orçada em **R$ 1.181,86 (mil, cento e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos)**.

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 51.828/2017, em exercício da missão institucional deste Órgão de Controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 45), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/1964, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO -** Verifica-se que não foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição do produto, emitida pelo Gestor da SESAU a época.

**2 – FALTA DA APRESENTAÇÃO DAS CND´s VÁLIDAS ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se documento intitulado CRC – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela Chefe do SECRAPE da SESAU, onde informam que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, sem apensá-los aos autos. Observa-se, ainda, que a mesma conclui que a melhor oferta para o erário foi da empresa **HOMEOFFICE MOVEIS LDTA ME**, que se encontra em situação de IDONEIDADE FISCAL REGULAR, com base no CRC emitido. (fls. 15/16, 26/27 e 36/37).

**3 – NOTA DE EMPENHO** – Às fls. 31, verifica-se a Nota de Empenho (**2014NE16734**), datada de 25/09/2014, no valor de R$ 1.181,86 (mil, cento e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), assinada pela Secretária Adjunta de Estado da Saúde.

**4 – DANFE** - Às fls. 34, apresenta-se a cópia do DANFE nº 4094 da Empresa **HOMEOFFICE MOVEIS LDTA ME**, datado de 09/12/2014 e atestado pelo Gestor do Almoxarifado da SESAU.

**5 – AUSÊNCIA DE CONTRATO -** Às fls. 41, verifica-se Despacho S/N, datado de 17/07/2017, de lavra da Assessora Técnica do Setor de Contratos da SESAU, onde informa a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**6 – DO RECEBIMENTO DO MATERIAL** - Às fls. 42/43, verifica-se que no dia 14/08/2017, a Controladoria Interna da SESAU, através do Assessor Técnico da SESAU, constatou que conforme inspeção *in loco*, foi entregue o produto no Almoxarifado Central da SESAU, segundo afirmação do Assistente Administrativo da SESAU.

**7 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual contidos no presente parecer e, considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** - A conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenham concorrido para ocorrência das supostas irregularidades deve ser PREVIAMENTE investigada através de ação disciplinar, nos termos do art. 145 da Lei Estadual nº 5.247/1991, observando o art. 48, §2º do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**II - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida, conforme art. 48, §1º, I e II, do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**III - DAS CERTIDÕES** - Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal, válidas, sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**IV - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o reconhecimento e a justificativa do não pagamento da dívida pelo Gestor do Órgão como determina o art. 48, §1º, III e IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a IV, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **HOMEOFFICE MOVEIS LDTA ME** (CNPJ 66.455.593/0001-99), mediante publicação do ato, conforme art. 48, §3º do referido decreto.

Maceió-AL, 24 de outubro de 2017.

José Anilton Sampaio Torres

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 111-2**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**